**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

**Processo Administrativo Nº 3158/2021**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Em vista do disposto na Lei Municipal nº 1213/2021, de 29 de setembro de 2021 e no Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 e aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e ulteriores alterações que ficam fazendo parte integrante do presente, a Administração Pública Municipal torna público o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO** para credenciamento de pessoas jurídicas emissoras de sinais de transmissão ou retransmissão rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.

|  |
| --- |
| **ABERTURA DA SESSÃO-DATA / HORÁRIO: 27/JUNHO/2022 - ÀS 09H00** |

1. **OBJETO**
	1. O objeto do chamamento público é o credenciamento das pessoas jurídicas emissoras de sinais de transmissão ou retransmissão de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral para estas celebrarem com o Município contratos administrativos de concessão de uso de áreas do imóvel que se destina à Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.213, de 29 de Setembro de 2021.
	2. Serão disponibilizados **15 (quinze)** espaços destinados a emissoras de sinais de transmissão ou retransmissão de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
	1. Poderão participar do chamamento público as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão pelo Município de São Joaquim da Barra, ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, e que satisfaçam as condições fixadas na Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, neste Decreto e no edital.

* + 1. É vedada a apresentação de mais de uma proposta no chamamento público.

* + 1. No procedimento de chamamento público, as pessoas jurídicas deverão comprovar que os equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral encontram-se devidamente aprovados pelos órgãos competentes.
		2. No procedimento de chamamento público, as pessoas jurídicas deverão comprovar que possuem autorização, expedida pelo órgão competente, para prestação dos serviços de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.

* + 1. As pessoas jurídicas emissoras de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral que possuírem equipamentos instalados na Estação de Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes” na data de entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de Setembro de 2021, e possuírem débitos ou outra pendência com o Município poderão participar do procedimento de licitação ou chamamento público para celebração do contrato de concessão de uso, mas deverão regularizar sua situação no prazo de 06 (seis) meses, sob pena de rescisão do contrato administrativo de concessão de uso e notificação pelo Fiscal de Rendas para retirada dos equipamentos no prazo máximo de 06 (seis) meses, aplicando-se as regras dos artigos 6º a 8º da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de Setembro de 2021, em caso de omissão.
	1. Não poderão participar do chamamento público:
		1. As pessoas jurídicas que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;
		2. As pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;
		3. As pessoas jurídicas que possuírem equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral sem a devida aprovação pelos órgãos competentes;
		4. As pessoas jurídicas que não possuírem a devida autorização, expedida pelo órgão competente, para prestação dos serviços de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.
1. **PROCEDIMENTOS**
	1. O credenciamento e a seleção das propostas das pessoas jurídicas participantes do chamamento público serão realizados pelos servidores que integram a Comissão Municipal de Licitação, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura.

* + 1. A Comissão Municipal de Licitação verificará, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura, se a documentação apresentada atende aos requisitos de habilitação técnica e jurídica previstas na Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, no Decreto e no edital de chamamento público.
		2. No tocante à proposta, a Comissão Municipal de Licitação analisará, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura, os equipamentos que a pessoa jurídica pretende instalar ou os equipamentos já instalados na Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes” e a respectiva área necessária para instalação ou manutenção dos equipamentos já instalados no local levando em consideração as áreas relacionadas na divisão objeto do projeto desenvolvido pelo Departamento Municipal de Infraestrutura e presente no edital de chamamento público.
		3. Todos os documentos de habilitação e propostas serão entregues à Comissão Municipal de Licitação no endereço descrito no edital de chamamento público.
		4. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada nos termos deste edital e legislação vigente.
		5. O Município de São Joaquim da Barra – SP não se responsabilizará por credenciamento, envelope “A”, documentação de Habilitação, envelope “B”, que não sejam entregues à Comissão Municipal de Licitação, no local, data e horário definido neste edital. Caso o licitante opte pelo envio dos envelopes via correio ou similar, será de sua responsabilidade que os mesmos sejam entregues dentro do prazo estipulado neste Edital.
		6. Os documentos necessários para habilitação no credenciamento objeto do chamamento público poderá ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticada por membro da Comissão Municipal de Licitações, mediante a exibição do original.
		7. Ao protocolar seus envelopes no credenciamento objeto do chamamento público, a pessoa jurídica aceita e se obriga a cumprir todos os termos da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, do Decreto e deste edital.
		8. Em seguida, tais envelopes serão abertos e os papéis conferidos e rubricados pela Comissão Municipal de Licitação, Departamento Municipal de Infraestrutura e pelos participantes presentes.
		9. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências. A ata será assinada pelos membros da Comissão Municipal de Licitação, Departamento Municipal de Infraestrutura e pelos participantes.

* + 1. A Comissão Municipal de Licitação, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura, poderá realizar todas as diligências necessárias para análise dos documentos e propostas apresentadas no chamamento público.
		2. As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma consignada no edital.
		3. Após o encerramento do prazo previsto para a apresentação de recursos, se apresentados, e estes terem sido apreciados, o processo será encaminhado para homologação e adjudicação.
1. **FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
	1. Os interessados em participar do presente Chamamento, deverão, até às **09:00 horas do dia 27 de junho de 2022,** inclusive, entregar na Sala de Licitação, localizado à Rua Rio de Janeiro nº 930 – Bela Vista – São Joaquim da Barra - Estado de São Paulo, envelope fechado contendo a documentação abaixo e deverá constar os seguintes dizeres em sua face externa.

ENVELOPE A

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

CREDENCIAMENTO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE, CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL

TELEFONE

E-MAIL

ENVELOPE B

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE, CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL

TELEFONE

E-MAIL

* 1. **CREDENCIAMENTO, ENVELOPE “A”**
		1. No dia, hora e local estipulado no preâmbulo, as proponentes deverão estar representadas por agentes credenciados, COM PODERES ESPECÍFICOS para a prática de todos os atos inerentes ao certame, portando documento pessoal de identificação, bem como documentação comprobatória dos poderes do CREDENCIANTE, mediante a apresentação dos elementos a que se refere a letra “b” deste item, para credenciamento junto a Comissão Municipal de licitação.
		2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
2. Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga. (Opção de modelo no Anexo VIII do Edital).
3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
4. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
	1. **DA HABILITAÇÃO, ENVELOPE “B”**
		1. **Documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
7. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
8. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

1. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, inclusive o proponente com filial no Município de São Joaquim da Barra fica obrigado a fornecer a certidão relativa a esta filial ou a declaração acerca dos débitos que possui perante a Fazenda Pública de São Joaquim da Barra e reconhecimento da necessidade de regularização de sua situação no prazo de 06 (seis) meses, conforme Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021;
2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943.” (NR). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
	* 1. **Documentação de Qualificação Econômica:**
3. Certidão negativa de falência e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
4. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica:

 b.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b.2. O Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, deve comprovar a viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico financeiras estabelecidos no edital.

* + 1. **Documentação de Qualificação Técnica:**
1. Documentos oficiais sobre os equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral estarem devidamente aprovados pelos órgãos competentes;
2. Documentos oficiais sobre a autorização, expedida pelo órgão competente, para prestação dos serviços de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.

* + 1. **Outros Documentos:**

1. Solicitação de participação no chamamento público, conforme modelo disponível no edital (modelo Anexo II);
2. Declaração quanto ao conhecimento da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de Setembro de 2021, do Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 e das normas do edital, conforme modelo disponível no edital (modelo Anexo III);
3. Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil - Declarar, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (modelo Anexo IV);

1. Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação, conforme modelo disponível no edital (modelo Anexo V);
2. Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome do proponente, em todas as etapas do chamamento público, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do contrato administrativo (DADOS DO FORNECEDOR Anexo VI);
3. Proposta, onde o participante deverá relacionar todos os equipamentos que pretende instalar na Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes” bem como indicar a área necessária para instalação no local ou relacionar todos os seus equipamentos que já se encontram instalados e a área utilizada no local (modelo Anexo IX);
* O Anexo I constará o Croqui com a divisão do imóvel onde se encontra a Estação de Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes” em diversas áreas, realizado por meio de projeto desenvolvido pelo Departamento Municipal de Infraestrutura.

**Observação:**

1. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público com objetivo de utilização de área da Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes” para instalação de equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral, a Comissão Municipal de Licitação dispensará a apresentação da documentação relacionada no item 4.3. que o ente público não possuir.
2. **DA SESSÃO**
	1. Abertos os envelopes, a Comissão Municipal de Licitação verificará, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura, se a documentação apresentada atende aos requisitos de habilitação técnica e jurídica previstas na Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, no Decreto e no edital de chamamento público e analisará as propostas dos participantes.
	2. Na análise da proposta, a Comissão Municipal de Licitação analisará, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura, os equipamentos que a pessoa jurídica pretende instalar ou os equipamentos já instalados na Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes” e a respectiva área necessária para instalação ou manutenção dos equipamentos já instalados no local levando em consideração as áreas relacionadas na divisão objeto do projeto desenvolvido pelo Departamento Municipal de Infraestrutura e presente neste edital de chamamento público.

* 1. Se o número de participantes com documentação de habilitação regular for superior ao número de áreas decorrentes da divisão do imóvel onde se encontra a Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, realizada por meio de projeto desenvolvido pelo Departamento Municipal de Infraestrutura anexo ao edital, a Comissão Municipal de Licitação, com apoio do Departamento Municipal de Infraestrutura, adotará as seguintes providências:
		1. Dará preferência às pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que, na data de entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, já possuíam equipamentos instalados na Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”;

* + 1. Realizará sorteio entre as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que, na data de entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, não possuíam equipamentos instalados na Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”.
1. **PRAZO DE VIGÊNCIA**
	1. O prazo da concessão de uso das áreas do imóvel que se destina à Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, tratada na Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, será de 10 (dez) anos, renovável por igual período, por acordo entre as partes.
2. **FASE RECURSAL**
	1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do chamamento;
	2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma da legislação vigente, devendo ser dirigidas a Comissão Municipal de Licitação e protocolizadas nos dias úteis, das 12:00h às 16h30min, no Setor de Expediente da Prefeitura de São Joaquim da Barra, sito à Praça Professor Ivo Vannuchi s/n.º - Bela Vista – nesta cidade, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94 e seguintes.
	3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;
	4. Se não reconsiderar sua decisão, a Comissão Municipal de Licitação submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento;
	5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações de Despesas desta Municipalidade.
3. **ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
	1. O julgamento, em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), será feita pela Comissão Municipal de Licitação no final da sessão e registrada em ata.
	2. A Adjudicação e Homologação, em favor da(s) licitante(s) vencedora(s) nesta licitação, será feita pelo Prefeito, após recebimento do processo concluído pela Comissão Municipal de Licitação.
4. **DA CONTRATAÇÃO**
	1. A Administração Pública Municipal convocará as empresas vencedoras para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega da intimação ou da publicação, assinar o contrato administrativo, cuja minuta (Anexo VII) integrará o edital, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
	2. O Município rescindirá o contrato de uso de bem público e determinará a retirada dos equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral caso haja alguma irregularidade ou ilegalidade, descumprimento contratual ou por interesse público.
	3. No caso do item anterior, a empresa será notificada para retirada de seu equipamento no prazo de 5 (cinco) dias corridos.
	4. Caso o equipamento não seja retirado no prazo do artigo anterior, poderá o Município, no uso do poder de polícia, retirá-lo, e o guardará em local próprio, aguardando a sua remoção pelo seu proprietário.
	5. Cientificada da retirada do equipamento pelo Município, via notificação, com publicação no Diário Oficial do Município, a empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a remoção do equipamento que está guardado, e, após esse prazo, pagará multa diária de 5 (cinco) UFESP’s até o limite de 90 (noventa) dias.
	6. Passados 90 (noventa) dias sem a retirada dos equipamentos, o Município lhe dará a destinação que lhe convier.
	7. As empresas emissoras de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral que, na data de entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, já possuíam equipamentos instalados na Estação de Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, mas que não participarem do procedimento de chamamento público para celebração do contrato de concessão de uso, serão notificadas pelo Fiscal de Rendas para retirada dos equipamentos no prazo máximo de 06 (seis) meses, aplicando-se as regras dos itens 9.3. a 9.5. em caso de omissão.
5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
	1. As empresas estarão impedidas de transferir, total ou parcial, o objeto da contratação para terceiros e não poderão dar outra destinação às áreas concedidas que não seja a instalação e manutenção de equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral, sob pena de rescisão do contrato de concessão de uso do bem público.
	2. Caberá às empresas concessionárias a responsabilidade pela instalação, manutenção e demais intervenções em seus equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021.
	3. As empresas deverão solicitar, sob suas expensas e respectivas responsabilidades, junto à concessionária local de energia, a instalação de relógio de energia elétrica, como também toda a interligação até seus equipamentos sem que disto decorra qualquer ônus ou custo ao Município.
		1. A empresa concessionária ficará responsável pelo pagamento do valor correspondente ao consumo de energia elétrica de seu equipamento de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.
	4. Responder pelos encargos tributários, previdenciários, trabalhistas, referentes aos serviços executados por seus empregados, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.
	5. Permitir ao CONTRATANTE, quando este entender indispensável, a fiscalização de documentação pertinente visando ao cumprimento do inciso anterior.
	6. Comparecer, sempre que solicitada, à Sede do Contratante, em horário por esta estabelecida, a fim de receber e fornecer informações, instruções e acertar providências.
	7. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar o CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato; bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento.
	8. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.
	9. Cumprir todas as especificações previstas no Edital de Chamamento Público N.º 001/2022, na Lei Municipal nº 1213/2021, de 29 de setembro de 2021 e no Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 que deu origem ao presente instrumento.
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
	1. O Município se responsabilizará apenas pela instalação do painel de energia onde serão instalados os relógios de energia elétrica pelas pessoas jurídicas concessionárias.
	2. Dar ciência à contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
	3. Proceder ao acompanhamento técnico da prestação dos serviços.
	4. Atestar a execução do objeto por meio da fiscalização do contrato.
	5. Fica nomeado como Gestor do Contrato, o Senhor Paulo Roberto Cardoso, Diretor Municipal de Comunicação – CPF/MF n.º ...................................
7. **PENALIDADES**
	1. Caso haja descumprimento da Lei Municipal nº 1213/2021, de 29 de setembro de 2021, do Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 e deste Chamamento, será revogada a concessão do direito de uso e poderão ser aplicadas as demais sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94 e demais normas pertinentes.
	2. Multa a ser estipulada pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Joaquim da Barra, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
8. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
	1. Nenhuma pessoa jurídica ou pessoa física poderá representar mais de um proponente na licitação.
	2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados no Departamento de Expediente da Prefeitura de São Joaquim da Barra, dentro do prazo legal, no horário compreendido das 12h00min às 16h30min dos dias de expediente, por representante legalmente constituído e identificado.
	3. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias, conforme análise da Comissão Julgadora.
	4. Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas a Comissão Municipal de Licitação protocolizadas nos dias úteis, das 12:00h às 16h30min, no Departamento de Expediente, na Praça Professor Ivo Vannuchi s/N.º – Bela Vista – nesta cidade, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal N.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal N.º 8.883/94 e seguintes.
	5. Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim da Barra /SP, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.
	6. Eventuais dúvidas suscitadas quanto à interpretação deste Edital, serão resolvidas pela Comissão Municipal de Licitação juntamente com o Departamento Municipal de Comunicação, mediante consulta, a ser formulada por escrito e endereçada à Comissão Municipal de Licitação, protocolada no Departamento de Expediente desta Prefeitura.
	7. A posição adotada pela Comissão Municipal de Licitação, face à dúvida suscitada serão disponibilizados na página da Internet www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios,e vale para todos, como se parte integrante fosse deste Edital, sujeitando-os indistintamente.
	8. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todos os licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
	9. As notificações exigidas por Lei serão realizadas e-mail ou serão disponibilizados na página da Internet www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/paginas/portal/licitacoes/exercicios na Imprensa Oficial.
	10. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal n.º 8.666/93 e ulteriores alterações.

São Joaquim da Barra, 03 de junho de 2022.

**DR. WAGNER JOSÉ SCHIMIDT**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I**

##### LEVANTAMENTO 01 - CROQUI ATUAL



##### LEVANTAMENTO 02 – CROQUI

#####

**ANEXO II**

**TERMO DE SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

**(Se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)**

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ n.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

À Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP

Comissão Municipal de Licitação

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

Através do presente, o Sr. , representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente na *(ENDEREÇO COMPLETO),* vem solicitar credenciamento para participar do Chamamento Público nº 001/2022.

Igualmente, informamos que concordamos com todas as condições estipuladas no edital.

Atenciosamente,

Local e data de abertura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

R.G nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(Observação: anexar no Envelope “B” Habilitação)**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO QUANTO AO CONHECIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.213, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021, DO DECRETO Nº 1.579, DE 25 DE JANEIRO DE 2022 E DAS NORMAS DO EDITAL**

**(Se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)**

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ n.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

À Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP

Comissão Municipal de Licitação

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

Através do presente, o Sr. , representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente na *(ENDEREÇO COMPLETO),* vem declarar total conhecimento da Lei Municipal Nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, do Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 e das demais normas do Edital de Chamamento Público nº 001/2022.

Igualmente, informamos que concordamos com todas as condições estipuladas no edital.

Atenciosamente,

Local e data de abertura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

R.G nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(Observação: anexar no Envelope “B” Habilitação)**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL**

**(Se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)**

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ n.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

À Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP

Comissão Municipal de Licitação

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

A empresa..................., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n.º .........................., inscrição estadual n.º ..........................., com sede ....... (endereço completo), no Município de............................., representada pelo seu ............. (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), ........... (nacionalidade), ............... (estado civil), ................ (profissão), portador do RG. n.º .................... e do CPF. n.º ....................., residente e domiciliado na ..................(endereço completo), na cidade de ........................., atendendo as formalidades constantes do Edital Completo do Chamamento Público n.º 001/2022, da Prefeitura de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99).

Local e data de abertura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

R.G nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(Observação: anexar no Envelope “B” Habilitação)**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**(Se a empresa não existir papel timbrado, segue os descritos abaixo, se existir apagar os dados solicitados da empresa)**

Razão Social: .....................................

Endereço: ........................................

Cidade: .......................................... Estado: ...................... CEP: .....................

Telefone: ....................................... Fax: ............................

CNPJ n.º ......................................... Inscrição Estadual: ..........................

E-mail: ...........................................................

À Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP

Comissão Municipal de Licitação

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

A empresa..................., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n.º .........................., inscrição estadual n.º ..........................., com sede ....... (endereço completo), no Município de............................., representada pelo seu ............. (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), ........... (nacionalidade), ............... (estado civil), ................ (profissão), portador do RG. n.º .................... e do CPF. n.º ....................., residente e domiciliado na ..................(endereço completo), na cidade de ........................., atendendo as formalidades constantes do Edital Completo do Chamamento Público n.º 001/2022, da Prefeitura de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, DECLARA, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes impeditivos à participação no presente chamamento.

Local e data de abertura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

R.G nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(Observação: anexar no Envelope “B” Habilitação)**

**ANEXO VI**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

**DADOS DO FORNECEDOR**

|  |
| --- |
| Razão Social: |
| Nome Fantasia:  |
| CNPJ: | Inscrição Estadual: | Inscrição Municipal: |
| Endereço: |
| Bairro: | Cidade/Município: | UF: |
| DDD: | Telefone: | Fax: | CEP: |
| Endereço Eletrônico – (E-mail): |
| **RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (SE SÓCIO NOS TERMOS DO CONTRATO SOCIAL) OU SEU REPRESENTANTE LEGAL ATRAVÉS DE PROCURAÇÃO PÚBLICA OU PARTICULAR:** |
| Nome: |
| RG nº: | Órgão Expedidor: | CPF nº |
| Data de Nascimento:  |
| Estado Civil: | Cargo: |
| End. Residencial Completo: |
| Bairro: |
| Cidade: | UF: | CEP: |
| Qualificação: ( ) Sócio: cargo/função ( ) Representante Legal:  |
| E-mail institucional: |
| E-mail pessoal: |
| Telefone(s): |

Local e data de abertura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

R.G nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(Observação: anexar no Envelope “B” Habilitação)**

**ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO N.º XXX/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2022

**DAS PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA (SP)

**ENDEREÇO:** Praça Professor Ivo Vannuchi, S/N

**CIDADE:** São Joaquim da Barra – SP

**CEP:** 14600-000

**CNPJ:** 59.851.543/0001-65

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 642.092.247.110

**FONE:** (0XX16) 3810-9000 **FAX:** (0XX16) 3810-9040

**REPRESENTANTE LEGAL:** Dr. Wagner José Schmidt – Prefeito

**CONTRATADA:**

**ENDEREÇO:**

**CIDADE:**

**CEP:**

**CNPJ:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**FONE/FAX:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**R. G.:**

**CPF/MF:**

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

* 1. O Contrato o credenciamento das pessoas jurídicas emissoras de sinais de transmissão ou retransmissão de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral para estas celebrarem com o Município contratos administrativos de concessão de uso de áreas do imóvel que se destina à Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021.
	2. Através do presente contrato fica concedido o uso da seguinte área:

|  |  |
| --- | --- |
| **DESCRIÇÃO**  | **Nº NO CROQUI (ANEXO I)** |
| Área pretendida:  | ............. |

|  |
| --- |
| **EMPRESA** **EQUIPAMENTOS RELACIONADOS**  |
| 1..........2......3... |

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO CONTRATO:**

2.1.O prazo da concessão de uso das áreas do imóvel que se destina à Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, tratada na Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021, será de 10 (dez) anos, renovável por igual período, por acordo entre as partes.

**CLÁUSULA III – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1. As empresas estarão impedidas de transferir, total ou parcial, o objeto da contratação para terceiros e não poderão dar outra destinação às áreas concedidas que não seja a instalação e manutenção de equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral, sob pena de rescisão do contrato de concessão de uso do bem público.

3.2. Caberá às empresas concessionárias a responsabilidade pela instalação, manutenção e demais intervenções em seus equipamentos de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021.

3.3. As empresas deverão solicitar, sob suas expensas e respectivas responsabilidades, junto à concessionária local de energia, a instalação de relógio de energia elétrica, como também toda a interligação até seus equipamentos sem que disto decorra qualquer ônus ou custo ao Município.

3.3.1. A empresa concessionária ficará responsável pelo pagamento do valor correspondente ao consumo de energia elétrica de seu equipamento de transmissão ou retransmissão de sinais de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral.

3.4. Responder pelos encargos tributários, previdenciários, trabalhistas, referentes aos serviços executados por seus empregados, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

3.5. Permitir ao CONTRATANTE, quando este entender indispensável, a fiscalização de documentação pertinente visando ao cumprimento do inciso anterior.

3.6. Comparecer, sempre que solicitada, à Sede do Contratante, em horário por esta estabelecida, a fim de receber e fornecer informações, instruções e acertar providências.

3.7. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar o CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato; bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento.

3.8. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.

3.9. Cumprir todas as especificações previstas no Edital de Chamamento Público N.º 001/2022, na Lei Municipal nº 1213/2021, de 29 de setembro de 2021 e no Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 que deu origem ao presente instrumento.

**CLÁUSULA Iv – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATAnte**

4.1. O Município se responsabilizará apenas pela instalação do painel de energia onde serão instalados os relógios de energia elétrica pelas pessoas jurídicas concessionárias.

4.2. Dar ciência à contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

4.3. Proceder ao acompanhamento técnico da prestação dos serviços.

4.4. Atestar a execução do objeto por meio da fiscalização do contrato.

4.5. Fica nomeado como Gestor do Contrato, o Senhor Paulo Roberto Cardoso, Diretor Municipal de Comunicação – CPF/MF n.º ...................................

**CLÁUSULA V – DAS PENALIDADES:**

* 1. Caso haja descumprimento da Lei Municipal nº 1213/2021, de 29 de setembro de 2021, do Decreto Nº 1.579, de 25 de janeiro de 2022 e deste Chamamento, será revogada a concessão do direito de uso e poderão ser aplicadas as demais sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94 e demais normas pertinentes.
	2. Multa a ser estipulada pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Joaquim da Barra, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA vi – DO CANCELAMENTO Do Contrato:**

6.1. O presente Contrato poderá ser cancelado, de pleno direito pela administração, quando:

6.1.1. A Contratada não cumprir as obrigações constantes deste Contrato;

6.1.2. A Contratada der causa a rescisão administrativa do Contrato, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

6.1.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

6.1.4. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

**CLÁUSULA VII – DAS COMUNICAÇÕES:**

7.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA vIii – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

8.1. Integram este Contrato, o Edital do **Chamamento Público nº 001/2022** e a proposta da empresa vencedora do presente contrato, do certame supra numerado.

 8.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis, subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA ix – DO FORO**

9.1. As partes elegem o foro da Comarca de São Joaquim da Barra - SP, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste Contrato. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento em 05 (cinco) vias, na presença das testemunhas abaixo.

São Joaquim da Barra, xx de xx de 2022.

**Prefeitura de São Joaquim da Barra**

Dr. Wagner José Schmidt

Prefeito

 **Empresa Contratada**

Representante legal

C.P.F/MF n.º:

R.G n.º:

Contratada

TESTEMUNHAS:

* + - * 1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF n.º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF/MF n.º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(\*\*) MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

(CONTRATOS)

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA /SP

CONTRATADA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OBJETO: Credenciamento das pessoas jurídicas emissoras de sinais de transmissão ou retransmissão de rádio, televisão, telefonia celular, rádio amador, faixa do cidadão e telecomunicações em geral para estas celebrarem com o Município contratos administrativos de concessão de uso de áreas do imóvel que se destina à Estação Retransmissora de Televisão denominada “Sistema de Retransmissão de Sinais Dr. José Ribeiro Fortes”, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.213, de 29 de setembro de 2021.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

d) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE~~:~~**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELO CONTRATANTE / ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail Institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail Institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.*

**ANEXO VIII**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2022**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** (Nome da Empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º ................., inscrição estadual n.º ............ e inscrição municipal sob o n.º ........, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de ..........., sob o n.º ............, ora estabelecida na Rua(av.)....................., n.º.... , Bairro ........... cidade de .................., Estado ..........................., neste ato representada pelo seu sócio (...... proprietário) Sr. ............., qualificação: (nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade RG n.º ............/SSP/ e do CPF/MF n.º ..................., residente e domiciliado à ................................................................ (endereço completo)).

**OUTORGADO(A):** (Nome do Credenciado...............................), qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do RG. n.º ............... CPF. n.º .................., residente e domiciliado(a) na ......................, na cidade de ..............., estado de ........ (endereço completo).

**PODERES:** Pelo presente instrumento de mandato a Outorgante confere a(o) Outorgada(o) plenos poderes para atuar perante o Município de São Joaquim da Barra, em especial, participar como preposto em licitação pública realizada pela Prefeitura de São Joaquim da Barra, inclusive praticar todos os atos negociais compatíveis à participação na licitação – instaurada na modalidade Chamamento Público N.º 001/2022, podendo para tanto, assinar propostas de preços, declarações, apresentar e retirar documentos, impugnar termos dos editais e ou Avisos Específicos, interpor recursos contra o resultado da licitação, solicitar e prestar declarações e esclarecimentos, assinar atas e demais documentos, pagar taxas, inclusive, formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, requer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, emitir e firmar o fechamento da operação através do documento, praticar, enfim, todos os atos em direito permitidos para o bom e fiel do presente mandato, não podendo este ser substabelecido no todo ou em parte. Arcando a Outorgante, nos termos do Código Civil por todas as obrigações contraídas por força dos poderes aqui conferidos, respondendo diretamente pelas sanções previstas pela inexecução contratual, ilegalidade na documentação de qualificação ou danos causados a Contratante ou a terceiros e pelo ressarcimento das perdas e prejuízos sofridos pela Outorgada no cumprimento deste mandato.

(local)........... de ..................de 2022.

(assinatura)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome

Cargo

**ANEXO IX**

**MODELO DE PROPOSTA**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE (Se a empresa não possuir papel timbrado, descrever como abaixo).

Razão Social:

CNPJ n.º: Insc. Estadual n.º:

Telefone: Fax:

Endereço: Cidade:

**PROPOSTA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

(local e data)

A

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

PRAÇA PROFESSOR IVO VANNUCHI S/N.º

A/C – COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

SÃO JOAQUIM DA BARRA – SP.

Referência: CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2022

OBJETO: CREDENCIAMENTO DAS PESSOAS JURÍDICAS EMISSORAS DE SINAIS DE TRANSMISSÃO OU RETRANSMISSÃO DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA CELULAR, RÁDIO AMADOR, FAIXA DO CIDADÃO E TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL PARA ESTAS CELEBRAREM COM O MUNICÍPIO CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE CONCESSÃO DE USO DE ÁREAS DO IMÓVEL QUE SE DESTINA À ESTAÇÃO RETRANSMISSORA DE TELEVISÃO DENOMINADA “SISTEMA DE RETRANSMISSÃO DE SINAIS DR. JOSÉ RIBEIRO FORTES”, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.213, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, o edital e seus anexos, e tomarmos conhecimentos de suas condições e obrigações, apresentamos a seguinte proposta:

|  |  |
| --- | --- |
| **DESCRIÇÃO**  | **Nº NO CROQUI (ANEXO I)** |
| Área pretendida:  | ............. |

|  |
| --- |
| **EMPRESA JÁ INSTALADA** **RELACIONAR EQUIPAMENTOS JÁ INSTALADOS**  |
| 1..........2......3... |
| **EMPRESA NÃO INSTALADA****RELACIONAR EQUIPAMENTOS QUE PRETENDE INSTALAR**  |
| 1..........2......3... |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome

Cargo